

# A Potência da Periferia no Planeta Urbano

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva\*

## Resumo

O artigo afirma a centralidade do fenômeno da periferia na dinâmica dos processos de desenvolvimento geográfico desigual no contexto da globalização. Utiliza a noção de espacialidade, nascida da virada teórica que reintroduz o espaço como dimensão-chave da análise das distintas formações econômicas e sociais nacionais. Busca indicar a força da mundialização da urbanização, das redes de cidades, com a explosão das metrópoles e a megalópole difusa nas novas escalas de regionalização. A teoria crítica com base numa sociologia da globalização apoiada nas cartografias da ação e do conflito classifica os modos de produção do espaço e as práticas ligadas ao uso dos territórios, recolocando a força da permanência das formas centro e periferia no quadro do arquipélago da mundialização. A periferia é destacada pela sua presença paradoxal socioespacial como força produtiva, espaço de dominação e potência de mobilização econômica, cultural e produtiva.

Palavras-chave: globalização, espacialidade, periferia, cartografia.

---

\*Professor adjunto junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos- Suely Souza de Almeida da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ). Coordenador do Laboratório da Conjuntura de Políticas Públicas do Direito Humano à Cidade (Laboratório do Direito à Cidade-LDC/NEPP-DH/UFRJ). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC) e Professor do curso de graduação em Relações Internacionais da UFRJ. Desenvolve estudos e pesquisas sobre „Hegemonia e Cibernética“ e sobre „A Nova Centralidade Social da Periferia“. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase na formulação de projetos e na montagem de redes em tecnologia social, economia solidária, desenvolvimento e cooperação internacional. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas temáticas: cartografias sociais e sujeitos de direitos, direito internacional dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, desenvolvimento local e projeto urbano, políticas públicas de geração de trabalho e renda e educação popular. Professor visitante da Facultad de Arquitectura, Planeamiento y Diseño de la Universidad Nacional de Rosario (Argentina). E-mail: [cunha@uol.com.br](mailto:cunha@uol.com.br)

## Abstract

### The power of periphery in an urban planet

This article aims to affirm the centrality of the periphery phenomenon in the dynamic processes of uneven geographical development in the context of globalization. It seeks to show the strength of globalization and city networks with the explosion of the metropolis into new scales of regionalization. The notion of spatiality is used, a concept born in the theoretical turn that reintroduces space as a key dimension of analysis of different national economic and social formations. The adopted critical theory approach to the global urban phenomenon, based on sociology of globalization and supported by the cartography of action and conflict, classifies the modes of production space and practices related to the use of territories by relocating the strength of the permanence of center and periphery forms within the archipelago of globalization. The periphery is highlighted by its paradoxical socio-spatial presence as a productive force, a space of domination, and potential space for productive, political and cultural mobilization.

Keywords: Globalization, spatiality, periphery, cartography.

## Apresentação

Neste artigo procuramos esboçar o argumento da atualidade do direcionamento da pesquisa sociológica que aposta no valor político e analítico da questão da centralidade do fenômeno da periferia enquanto condição necessária para analisarmos, classificarmos e mapearmos a dinâmica das formas urbanas presentes nos processos de desenvolvimento geográfico desigual no contexto da globalização. A periferia é destacada, ao longo do artigo, pela sua presença paradoxal socioespacial, quer como força produtiva, quer como espaço de dominação, mas principalmente como condição de afirmação de direito à cidade a partir da potência de mobilização econômica, cultural e produtiva representada pelo “planeta favela” como subjetividade e materialidade que permite a constituição de plataformas de justiça espacial.<sup>1</sup> Indicamos, ao longo do texto, a necessidade da leitura espacial dos processos históricos, sociológicos, econômicos e culturais que permite a construção de uma visão ontológica imanentista.

Na construção da vida social ao longo da história o conjunto dos indivíduos e os grupos sociais são socializados através das práticas e representações, pela estrutura da linguagem, nos elos e estruturas de parentesco que se relacionam com a conformação de contextos de ação vinculados à totalidade do espaço, percebido, concebido e vivido, como soma dos territórios produzidos e usados. Aqui procuramos observar a periferia através das metamorfoses atuais da formação de um meio geográfico urbano desigual onde as redes de fixos e fluxos definem um ambiente marcado pelas novas intensidades do contexto do poder econômico, cultural e técnico de desterritorialização e espoliação, através de novos grandes “cercamentos” sobre os bens e o patrimônio comum, por meio de uma nova “grande transformação”.

A dominação espacial é tomada, nestas linhas, enquanto uma dimensão-chave da análise das metamorfoses das distintas formações econômicas e sociais nacionais afetadas pela globalização. Buscamos indicar esse impacto sobre a totalidade dos lugares a partir do reconhecimento da força da mundialização da urbanização, da emergência das redes de cidades, na conjuntura de explosão das metrópoles e da constituição da megalópole difusa nas novas escalas de uma regionalização policêntrica e, ou, caótica.

## Teoria Crítica e a Cidade Globalizada

A teoria crítica da economia política global deve pensar a disputa pela hegemonia na transição do sistema mundo capitalista global com base numa sociologia da globalização, apoiada nas diferentes metodologias de mapeamento de relações, de produção de conhecimentos e leituras dos territórios por meio de cartografias da ação. A noção de espacialidade identifica e qualifica a compreensão dos processos de aglomeração, assentamento, do sinecismo, da vizinhança como referência que coloca o urbano no centro da sociabilidade humana, ao lado do nomadismo, na história recente da revolução urbana, em que o conflito e a mobilidade sociais se constituem sobre os modos de produção

do espaço e as práticas ligadas ao uso dos territórios. Desta forma, podemos recolocar a espacialidade no âmbito da pesquisa sobre o sistema mundo em transição apontando para a força da permanência das formas espaciais, onde as relações centro e periferia são resignificadas na grande carta de navegação do arquipélago da mundialização.

Na contemporaneidade o capital global vem se apropriando da mais-valia social produzida a partir do trabalho vivo e da inteligência coletiva das populações, do corpo e da alma da periferia. A pressão sobre o espaço vai gerando a explosão das metrópoles; pela sua fragmentação, pela sua dispersão, pela sua policentralidade, vem colocando as questões espaciais no centro da cena contemporânea, como temos visto nos conflitos cíclicos nas mais diversas cidades entre 1968-1977, entre 1989-1992, entre 1999 e 2013. O século XXI se iniciou com a marca da mundialização da forma urbana expandida em todos os continentes, com um efeito de multiplicação de conflitos, demandas e temáticas ligadas ao futuro das cidades.

O desenho, a arquitetura e o urbanismo, assim como a geografia e o planejamento urbanos, assim como a chamada sociologia pública, são convocados para debater a crise de governança, a sociedade de risco, a violência, o excesso negativo e o medo na cidade. A teoria crítica deve lidar com o novo espírito do capitalismo que se projeta na medida das agendas neoliberais com todo o seu complexo de produção imagético e publicitário. Na megalópole explodem a exceção e o excesso no reino das falsas necessidades, do simulacro, do fetichismo e do narcisismo que convivem com uma nostalgia da comunidade supostamente perdida, em meio aos escombros e ruínas que acompanham as “revitalizações” forçadas e a semiótica da aliança entre empreendedorismo globalista, financeirização, espetacularização e controle.

A centralização da produção e do consumo de bens e serviços nas cidades globalizadas acompanha a reprodução ampliada de complexos espaciais de engenharia, arquitetura, comunicação e logística que se espalham. Nos territórios vão se recombinaando os usos e modos de produção do espaço ao ritmo acelerado dos fluxos materiais e imateriais, fluxos de bens, de imagens, de informações e de capitais. A globalização atravessa os lugares intensificando os movimentos devidos à dominação cibernética e financeira, afetando a forma, a função e a estrutura dos lugares movida pela força do agir instrumental, o que causa um impacto brutal sobre os processos de produção do espaço urbano na sua diversidade. A marca do desenvolvimento desigual hibridizado, que mescla populações, identidades e estatutos, se conforma na chave de uma acumulação ilimitada de capital acompanhada pela flexibilidade espúria que desencanta e corrompe as distintas formações sociais locais pelos seus movimentos e deslocamentos espaciais globais.

Os diferentes processos de reterritorialização pela reestruturação das relações de produção transnacionalizadas criam fronteiras intraurbanas tão importantes como as divisões territoriais entre Estados. As zonas, faixas, regiões, países e continentes são atravessados por vetores de homogeneização mercantil-capitalista que exploram, na intensidade dos complexos cibernéticos, as diferenças e a diversidade de modos de

produção e das riquezas comuns privatizadas. O excedente global é canalizado através dos fluxos verticais de comando de corporações e grupos com a mesma linguagem, estilo e programa, que se amparam em novos arranjos de poder e alianças políticas estruturando blocos sociais, culturais e técnicos em defesa do novo espírito capitalista e constituindo os polos localizados de suas redes por várias cidades.

A cidade global é o conceito que expressa a forma espacial típica da globalização hegemônica construindo os lugares através da implantação de tecnologias de poder, infraestruturas, serviços e padrões de consumo, um tipo de estilo de vida e uma arquitetura com seus vetores fixos. As paisagens urbanas ditas pós-modernas são elementos de atração constitutivos de diferentes formas de *city marketing*, com suas regras e códigos proprietários que sediam as corporações e promovem a segregação e sustentação social dos regimes globalistas, localmente, via gentrificação. As paisagens urbanas são mimetizadas pelas elites e governos locais de modo a dar suporte aos centros de comando e decisão via poder de comunicação, via garantias de segurança e promoção de confiabilidade jurídica para o novo regime de propriedade intelectual.

As tecnologias de controle são decisivas para a implantação de regimes de segurança que se exercem dentro e fora de fronteiras tradicionais, sobredeterminando os usos dos territórios e confundindo a importância das periferias para o dinamismo produtivo e criativo da produção global. A vigilância opera sistemas de controle da informação e de ação policial direta nos territórios através da criação de vias de trânsito e acesso restrito, através de regulamentos, barreiras e campos de contenção de estrangeiros, de migrantes e outros grupos indesejáveis. Por outro lado, paradoxalmente, a mobilização produtiva dos territórios pelo capital global faz recuar os direitos sociais, mas gera demandas por justiça espacial (socioambientais). Os conflitos urbanos se manifestam pelas mais diversas lutas moleculares, pela voz dos vencidos, ou pela emergência de novas identidades, pela formação de coalizões e a constituição de esferas públicas. Na nova conjuntura de lutas que ocupam as praças e ruas das metrópoles ganham peso os discursos, os enunciados de agir coletivo que clamam pela criação de novos direitos desde a espacialidade das redes e a partir das periferias.

### Regimes de Segurança e Territórios Produtivos

A precarização e a criminalização de populações e os jogos de guerra urbanos são cimentados pela cultura e a ideologia do medo. As operações policiais de segurança se amparam em muros, cercas e equipamentos que promovem segregações e zonas de diferenciação. Os movimentos que se exercem sobre as populações precárias e periféricas não podem chegar ao paroxismo do aniquilamento e da exclusão, sob pena de o sistema perder a capacidade de organizar os espaços de produção e consumo para os fins de acumulação de capital e de poder. O capital não pode prescindir do trabalho vivo da população que se organiza, reside e muitas vezes trabalha nas periferias e mesmo em zonas

muradas de apartação e exclusão. As periferias não se definem apenas como bolsões de miséria, já que, como indicam as pesquisas sobre megacidades em países do Sul global, ou em cidades como Los Angeles, devemos considerá-las territórios diferenciados sem os quais a riqueza não é produzida e não circula. As periferias são territórios produtivos ou reservas de recursos humanos e espaciais nas suas múltiplas configurações e composições, variando de função, posição e situação no gradiente dos usos do território pelas suas relações com os processos de produção nas megacidades das distintas formações econômico sociais nacionais.

Os paradoxos que envolvem a leitura e classificação do fenômeno periférico, como forma espacial na era das redes de cidades globalizadas e da economia política da globalização, explicam a sua importância como um conjunto de lugares, usos e práticas marcados pelas transições, articulações espaciais e socioprodutivas, que se reproduzem em meio a temporalidades distintas, cujas intensidades podem ser vistas como bifurcações. Cidades periféricas e periferias nas cidades se desdobram no espaço ampliado das megacidades, o que define regimes de velocidade, de ritmo, que convergem para intensidades, resultado das forças imanentes que atravessam a vida coletiva. Megalópoles como Los Angeles e Rio de Janeiro combinam essa visão de objeto fractal e de intensidades, onde pela produção social do espaço vão se justapondo as camadas de significação e as construções que marcam regimes de intensidade e modos de uso, no Norte Global e no Sul Global do planeta urbano. O desenvolvimento espacial desigual é a marca dessas regiões que se conformam a partir dessas metrópoles caóticas, violentas, injustas, atravessadas pelo clamor cíclico de justiça espacial (social, étnica, geracional e ambiental).

As fronteiras de proximidade e tensão entre centros e periferias ao longo do espaço mundo são vias de atravessamento e circulação de trabalho e riqueza, que se forem fechadas paralisarão o funcionamento das redes do circuito vertical superior, já que as periferias são base de arranjos produtivos e espaços de recriação de sentidos e inteligência que alimentam a profusão de objetos e de cultura sem os quais o processo da civilização material capitalista se estanca no contexto pós-colonial, já que os imperialismos militaristas não conseguem reordenar os conflitos nos territórios, deixando de fora a força social produtiva do trabalho vivo dos precários. A cultura da periferia também é parte dos dispositivos em disputa que movem as redes no ciberespaço, assim como as cadeias e circuitos espaciais subnacionais e supranacionais que têm por base a metrópole expandida e cindida na forma da megalópole – com seus mais de 10 milhões de habitantes, e das (mega)regiões, com seus mais de 80 milhões de habitantes.

As periferias, analogamente aos processos de produção em rede, se espalham, resistem, coexistem, se expandem molecularmente, se fazem e disputam os usos dos territórios urbanos. As periferias são atravessadas pela força destrutiva e atrativa das combinações, interações e rupturas frente às dinâmicas de novas centralidades, da suburbanização e da gentrificação. Mas a periferia sempre reaparece na sua diversidade, na sua resistência e na sua resiliência e adaptabilidade. O encurtamento de distâncias e processos, essa conexão

e aproximação espacial, essa articulação por redes e sistemas de economia e consumo urbano. O domínio do cibernético e do celular permite ver na cidade construída e vivida muitos tipos de ocupação informal e precária que superam e disputam outro conceito de cidade, contra-flexibilidades, modos de cooperação e horizontalidade, outros usos das tecnologias de informação e comunicação. Em oposição ao processo de mundialização em arquipélago, de gentrificação, de globalização, com sua agenda de empreendedorismo e seu urbanismo de negócios e eventos, se opõe à hipótese da justiça espacial, da crescente movimentação na direção da elaboração de um conceito alternativo de autonomia, de urbanismo em escala humana com base no direito à cidade.

### O Espaço Periférico e as Cartografias da Ação

Para as forças dominantes do capital, a importância da periferia se manifesta na sua função socioprodutiva, de consumo e de reservas de trabalho vivo que se reproduz com custos amparados em lógicas e práticas espaciais distintas. A cultura do medo e as políticas de segurança geram as guerras contra o crime, as ocupações das favelas e bairros populares por forças policiais e militares apoiadas na produção midiática e na luta pelo poder simbólico do discurso da ordem e do campo jurídico-penalista. Na vida cotidiana, o Judiciário (penalista e carcerário) atua em ações de grande escala, das quais a periferia participa no espetáculo sempre repetido da sua promoção em inimigo público (pirataria, drogas, imigração ilegal).

A reação conservadora vem legitimando os regimes parciais e localizados de exceção e controle, de modo a que se possa sempre reproduzir um capital de subordinação e desqualificação das classes populares, cujas frações mais jovens servem de alvo de distintas ações punitivas, e das regularizações forçadas dos domicílios que se abatem sobre as mulheres como instrumentos de políticas minimalistas nos espaços das várias periferias. Mas é pela sua potência de gerar e construir estratégias de sobrevivência e estilos de urbanidade em práticas espaciais, com outros usos dos territórios e das técnicas, que se expressa a presença diferenciada da periferia na megacidade.

Os fenômenos sociocriminais e a violência se relacionam com os padrões de desigualdade, tornando as periferias espaços diferenciados de relações sociais produtivas e de modos de vida, cujo manejo faz parte de táticas distintas de moradores; a cooperação é resultado de práticas espaciais e vetores práticos, inscritos na linguagem e nos circuitos. Apesar de não existir um tipo de solidariedade e cooperação comunitária ideal, existem modos de reprodução através de circuitos que servem para pensarmos outras formas de economia e que são objeto de reflexão sobre alternativas produtivas.

A potência da periferia se expressa na sua autonomia parcial, nos “circuitos inferiores” horizontais das economias locais (em escalas pequena e média), nas distintas culturas populares urbanas (em grande escala), na luta pela moradia e pela urbanização, contra as remoções e por um novo urbanismo. Nas periferias as classes populares constituem uma

espacialidade diferenciada, mais próxima e necessária do que distante e marginal, que gera forças sociais capazes de qualificar, valorizar e ampliar o potencial social, cultural e produtivo da cidade no seu conjunto. Uma empresa pode promover um grande espetáculo, uma administração municipal pode promover comemorações, mas só a periferia engata as conexões necessárias para promover um verdadeiro carnaval. Essa imagem vale para grande parte das respostas dadas historicamente à construção do tecido urbano, ao problema habitacional pelas ocupações e construções regulares e irregulares. Isto continua valendo para os sistemas de circulação e trocas, mesmo na cidade global, com seus distritos e bairros especiais que dependem da força social e produtiva do trabalho vivo, das redes periféricas de produção de bens e serviços, dos muitos espaços de conexão, transporte, comercialização, reparos, cuidados domésticos e de proximidade, sem os quais a vida urbana se paralisa, o que vale para um conceito de função social e produtiva do espaço periférico que se amplia na megalópole dos países da semiperiferia global como Brasil. As nossas reflexões preliminares se apoiam nas análises situacionais das políticas e agendas urbanas em curso, vista pelas cartografias das práticas espaciais das populações periféricas nas megacidades. As pesquisas desenvolvidas na área de planejamento urbano e regional e pela sociologia crítica na América Latina indicam muitos elementos para as comparações entre intensidade, diversidade e complexidade na relação entre os distintos modos e usos dos territórios, pela via da produção social do espaço periférico a partir da experiência das populações pesquisadas em megacidades. Cidades como o Rio de Janeiro servem de referência exemplar na reflexão histórica e sociológica sobre a duração e variação da forma periférica como categoria do desenvolvimento geográfico desigual, considerando seus resultados como uma chave para desvendar o enigma do planeta urbano, sob um ângulo afirmativo distinto do puro pessimismo expresso na leitura negativa da metáfora do planeta favela. Ver além do grau de violência e segregação do capital exige ver a presença e a potência de formas diferenciadas de resistir, barganhar fazer e exigir um modo distinto de centralidade, de justiça e direito à cidade.

As cartografias da ação permitem compreender e atuar sobre o desafio posto para a ação coletiva por direitos na megacidade. Por isso, devemos valorizar a construção de mapas, de cartografias, capazes de representar as potencialidades ligadas ao ponto de vista da nova centralidade da periferia enquanto território produtivo, enquanto potência subjetiva, enquanto uma das chaves para a reflexão sobre a emancipação social e a reconstrução democrática de um horizonte político com base no direito à cidade.

### A Espacialidade na Sociologia da Globalização

No esforço empreendido neste artigo para compreender o planeta urbano, a megacidade e as potencialidades da forma periférica, a partir de um novo urbanismo crítico, é preciso resgatar a proposta da virada espacial. Destacamos nestas linhas o movimento teórico e prático que procura articular e unificar as ciências sociais e as

disciplinas espaciais, para interpretar e classificar o agir coletivo e as relações de poder na atualidade. A sociologia e a economia política são pensadas sob a ótica das categorias espaciais que foram mantidas muito tempo nos limites disciplinares da geografia, do urbanismo e da arquitetura.

A noção de mundo como um conjunto de lugares definidos pelos modos de habitat, transformado pela ação técnica e pelo trabalho foi, até recentemente, sustentada sobre um conceito de espaço restrito, pensado a partir de rígidas coordenadas geométricas ou pela materialidade bruta da natureza. As ciências sociais se temporalizavam desde as narrativas de conquista e espoliação espacial, que eram logo cruzadas com a abstração de uma ecologia urbana que podia desenhar os usos do território conforme uma racionalidade técnica instrumental colonizadora. Os territórios nacionais eram criados pelas divisões que cruzavam pontos, controlavam populações e articulavam objetos, abstraindo-se das lutas sociais e espaciais, através da lógica da valorização do capital conduzida pelo voo cego da acumulação ilimitada pela via das forças produtivas movida pela chamada destruição criativa.

Edward Soja afirma que desde o final do século XX, com base nas reflexões sociológicas e filosóficas de Henri Lefebvre e Michel Foucault, foram esboçados conceitos e métodos que confluíram no esforço de constituição de uma virada interdisciplinar na direção dos estudos espaciais. O marxismo, a fenomenologia e o estruturalismo se mantiveram relativamente articulados nas disciplinas e áreas de estudos das distintas ciências sociais. A geografia procurou se firmar com base na modelização matemática ou na sua face de estudos de processos sociais (humanos) inscritos no espaço, mas foi pressionada para excluir os sujeitos pela virada linguística e pelas teorias sistêmicas. O urbanismo e o planejamento urbanos ficaram presos a uma combinação entre uma naturalização e racionalização da ecologia urbana como a forma urbana desconectada do conflito e do mundo produtivo. O planejamento urbano lidaria com a irradiação e subordinação aos processos conforme as Escolas de Manchester e de Chicago (século XX) que delinearão a visão do fenômeno urbano que prevaleceu na criação dos corpos burocráticos e na orientação estratégica das abordagens de planejamento.

Ao longo da primeira década do século XX o tempo e a historicidade dominaram a reflexão filosófica e as ciências sociais, acompanhando a velocidade dos processos industriais, químicos, elétricos e mecânicos. A abstração e a geometrização acompanharam a mecanização e a automação rígida, o taylorismo e o fordismo. A indústria cultural e o consumo programado de massas acompanharam o processo que levou ao extremo a terceira revolução urbana. O fenômeno urbano metropolitano, dualista e suburbano se estendeu do centro para a periferia. Ao lado do fordismo periférico e da dependência, a semiperiferia urbana foi a face extrema da mobilidade no sistema mundo. As revoluções passivas e modernizações conservadoras mundializaram a transição na direção do desenvolvimento espacial desigual nas periferias semi-industrializadas.

A noção de espacialidade na virada epistêmica territorial das ciências sociais se

apoia nas leituras e mapeamentos de processos das globalizações (econômica política e cultural), isto é, na nova produção geográfica apoiada pela metodologia das cartografias da ação e pela identificação de processos de disputa simbólica. A reintrodução de leituras imanentistas permite identificar a questão da centralidade da periferia como um caminho teórico e prático decisivo para abordar a questão da ação coletiva e da emancipação frente aos desafios do desenvolvimento geográfico desigual.

A transformação promovida pela chamada sociedade em rede deve ser lida na materialidade do impacto do ajuste espacial global que vem gerando um novo regime de fronteiras ao longo do planeta urbano. Isto se desenha, como vimos, a partir da conjunção de três fenômenos que são objeto da sociologia da globalização: a brutal desterritorialização promovida pelos movimentos demográficos gerados pela urbanização forçada; a difusão de guerras e conflitos armados nos territórios; e a transnacionalização das práticas econômicas, sociais, políticas e culturais com seus efeitos concentrados, justapostos e hibridizados pelos sistemas de ação e pelos sistemas de objetos que definem os processos espaciais em todas as suas diferentes escalas.

### Rumo a uma Nova Concepção de Espaço

As teorias da modernização, do subdesenvolvimento e da dependência lidaram com um tipo de percepção das formações econômicas e sociais como sendo historicamente determinadas, ou funcionalmente racionalizadas pelo recorte temporal que se consolidou sob uma visão estática do espaço absoluto, geométrico, onde a ação humana oscila entre o determinismo e a autodeterminação. Desta forma, se perdia a mediação, a força da imanência que une materialidade e subjetividade, espaço e tempo na teoria da ação, anulando a complexidade socioespacial e socioambiental pela via da função instrumental complementar do território, visto como matéria morta ou natureza bruta pelo modo de produção capitalista. Na análise crítica impulsionada pela noção ampliada de espacialidade podemos destacar as tendências explosivas que remetem aos processos sociais, que até então eram encobertas por véus de opacidade ideológica, mas que podem ser observados atualmente pela sua explosividade, dados os movimentos intensificados de desterritorialização promovidos pelo capital, pela força dos desastres ambientais e pela difusão de conflitos armados. Esses elementos se conectam por força das interações de crise e reestruturação capitalista global, que interagem por meio da socioespacialidade das formas econômicas e culturais que constituem as megacidades e sua explosão captada nas várias figuras, desenhos e mapas da cidade região ou da pós-metrópole.

As novas tendências espaciais se manifestam na divisão do trabalho, nos modos de produção, no cotidiano e nas relações de poder que se constituem na trama, nas tensões entre fixos e fluxos, pelos sistemas de objetos e pelo sistema de ações num meio geográfico mundializado. A reprodução social e o desenvolvimento espacial desigual se desdobram pela profusão de objetos, de imagens e de práticas tecnológicas e urbanas.

A relação centro/periferia é atravessada pelas novas geografias, pelos novos modos de produção do espaço, pela constituição de dinâmicas de desigualdade e segregação. O sentido da periferia é redefinido, seu entendimento como forma social e espacial deve ser apreendido na leitura da longa duração, abordado por uma teoria crítica das formas espaciais, assim como na sua relação com a estrutura histórica da longa duração. A reintrodução das dimensões linguísticas e subjetivas dos fenômenos espaciais nas relações temporais fazem da geografia uma expressão espacial do agir coletivo, que se define pela produção e uso dos territórios nas suas diferentes escalas. As novas velocidades e interações das tecnologias da informação, as redes e o ciberespaço se montam com suporte em várias conexões, pontos e usos corporificados e materializados nos novos espaços metropolitanos que explodem na nova desmedida das intensidades desiguais que exploram vantagens e atributos da localização.

### A Forma Periférica Atual

A periferia deixa de ser pensada exclusivamente como um espaço subordinado e dependente na divisão social da produção, com seus atributos espaciais de racionalização instrumental; deixa de ser pensada exclusivamente como território dos meios de produção e como força de trabalho de baixo custo na formação dos regimes de acumulação na constituição da economia internacional, e da inserção dos Estados nacionais dependentes no sistema mundo moderno colonial e capitalista. As formas espaciais de dominação e expansão do poder através de uma hierarquia de espaços com funções definidas pela divisão internacional do trabalho no mercado mundial, pela via da colonialidade, atravessaram a formação histórica das várias fronteiras. Os modos de mescla, hibridização e mobilização do trabalho vivo e do corpo da periferia acompanharam os movimentos migratórios do Norte para o Sul, do Sul para o Norte, do Oriente para o Ocidente, e pelas várias lógicas de fluxos, de caravanas, de êxodos e de fugas forçadas por guerras, crises econômicas e perseguições religiosas, raciais, étnicas etc., que se intensificaram em novas linhas e tensões de fronteiras e competição entre lugares ao longo do século XX.

A forma periférica de fenômeno histórico e geográfico é localizada em fronteiras onde os movimentos hegemônicos se convertem em realidade diária de práticas de resistência e de lugares de refúgio. Ao examinar essa mutação e permanência da forma periférica na constituição do sistema mundo e, no seu ajuste e reestruturação no século XXI, poderemos reafirmar a importância da virada epistemológica da espacialidade com uma mudança necessária na percepção das transformações geográficas da escala local até a global. O novo urbanismo crítico acompanha a intensidade das mutações e as agendas das políticas urbanas, desde as descrições e narrativas das práticas cotidianas até as reconfigurações das megaescalas de explosão, difusão e regionalização dos processos de metropolização herdados do final do século XX.

A passagem da sociedade industrial-urbana para a condição espacial pós-

metropolitana, a passagem das economias industriais territorializadas e centralizadas para formas fragmentadas e policêntricas de economias urbanas e agenciamento em redes acompanha um choque de agendas e recortes em disputa que fazem das cidades os espaços de acumulação e de luta investidos pelos distintos projetos, linguagens, sujeitos com suas várias ferramentas simbólicas que são violentamente tensionadas pelas perspectivas temporais e instrumentais herdadas da modernidade industrial e urbana em crise.

A periferia deve ser pensada como uma dimensão da desigualdade do conjunto de formas sociais espacializadas que perduram e atravessam as distintas estruturas e o agir coletivo no tempo, em função do seu modo de existir, configurar e habitar. A produção social do espaço como relações de produção, como cotidianidade, como processos de subjetivação, disciplina e controle se interliga pelos sistemas de ação individual e coletiva que são atravessados pelas dinâmicas informacionais. Os objetos, as imagens e os modos de produção e consumo definem os conflitos, as estratégias e as táticas de apropriação e uso dos territórios. A periferia é uma síntese de múltiplas ações táticas das quais emerge um traçado de valor estratégico cujas potencialidades variam conforme a capacidade de cada fração do território passar por uma ativação dos processos de organização associativos e políticos.

### O Espaço nas Relações Internacionais

O retorno de uma leitura espacial das práticas humanas que estava reservado para a geografia ou para as disciplinas espaciais como a arquitetura e o planejamento urbano vem crescentemente sendo revalorizado para lidar com a mutação e reestruturação do meio construído, habitado e explorado. O espaço concebido, percebido e vivido, as instituições referidas aos modos, usos e princípios de legitimidade como o público e o privado, são mobilizados para novas leituras, em que a estrutura historicamente constituída e a materialidade do agir se relacionam com a complexidade, circularidade e interação das formas combinadas que remetem aos contextos, processos e dinâmicas de espacialização.

O novo vocabulário espacial aparece nas distintas abordagens, escolas e paradigmas das ciências sociais e com mais destaque no trato dos conflitos e ações, das esferas, das políticas e dos modos de governar os distintos planos de poder local, nacional, regional e global. As teorias críticas reflexivamente precisam situar suas contendas e objetos de pesquisa. Nas situações e conjunturas os atores se definem por uma combinação de vetores de posicionamento nas relações de força e de localização com a distribuição da materialidade de possibilidades de ação, com base em meios e recursos. Os modelos de interpretação, classificação e diagnóstico vêm combinando metodologias que crescentemente exploram as imagens, os fenômenos, as metáforas e os conceitos ligados ao conjunto de conhecimentos com referência aos modos de pensar e agir sobre o espaço.

As reflexões genealógicas e as teorias sistêmicas se relacionam com a virada linguística nas ciências humanas e sociais através de modos de tradução e enunciação

em que a subjetividade ainda fica à deriva sem a base situacional e espacial, Na crise a estrutura reaparece viva nos modos de relação de forças sustentadas na circularidade e sobre-determinação das espacialidades, onde seus efeitos ganham forma. Mas quando a forma espacial aparece sob novas configurações fenomênicas como podemos recolocar as questões da desigualdade e da segregação? Como recolocar os elos entre centro e periferia ou entre centro, semiperiferia e periferia no contexto da aceleração temporal que comprime o espaço com seus vetores de mundialização? Como abordar o tempo histórico sem recair numa naturalização ou leitura determinista dos processos de luta por hegemonia? Como apreender a dimensão decisiva da espacialidade em face da desterritorialização e da destruição promovidas pela nova grande transformação?

No âmbito das teorias das relações internacionais o espaço territorial ganha destaque através das análises sobre os regimes de fronteiras. As relações de força entre as potências e a economia política internacional formam sistemas e ordens por meio de configurações geográficas. Os limites e as dinâmicas temporais se definem através de processos e movimentos percebidos na estrutura por força da dinâmica dos conflitos mediados por configurações espaciais, que são objeto de análise crítica de atributos de relações de força no sistema mundo. A constituição de ordens e regimes internacionais pode ser lida desde conjunturas, ciclos, situações e contextos de análise geoeconômicos, geopolíticos e geo-históricos.

Os recortes dos momentos significativos das práticas e das trajetórias de aparatos e atores, na longa duração, podem ser construídos numa abordagem da teoria crítica da economia política global nas relações internacionais com base na noção de bloco histórico e geográfico. A metodologia de pesquisa que parte dessa referência leva em conta a geografia como cristalização e territorialização de processos históricos. O processo urbano e o capitalismo global devem ser abordados pela análise crítica e a pesquisa com base em cartografias de trajetórias, com a construção de mapas dos distintos poderes nas diferentes escalas e recortes espaciais, em que os grupos sociais se constituem pelas redes, pelos fluxos, pelos fixos, pelos sistemas de objetos e pelos sistemas de ações transnacionais, cuja percepção temporal é apreendida pela sua produção desde a dimensão das transformações e conflitos que se projetam como diferentes espacialidades.

### A Megacidade e a Nova Conjuntura

O desenvolvimento histórico-geográfico desigual atual deve ser abordado desde o ângulo da desterritorialização, em especial na sua relação com os processos de transformação urbana. O capitalismo global ganha densidade pela conformação das novas espacialidades, enquanto resultante do desenvolvimento desigual da nova modernidade intensificada pelo meio científico e tecnológico cujos traçados subjetivos mais acelerados, as misturas culturais mais explosivas e as paisagens mais complexas se desenham no fenômeno pós-metropolitano da megacidade.

A megacidade é o recorte do espaço síntese do movimento de fragmentação do mundo industrial-urbano pela via da aceleração de estratégias de poder com base técnico-científica. A globalização com fragmentação promove recortes territoriais que se constituem em estruturas que seguem modos fractais com uma distribuição de pontos que desenham uma paisagem de mundialização em arquipélago. As cidades e o planeta urbano são atravessados pelas vastas interações e ondas de choque que derivam dos processos de desterritorialização e reterritorialização. A manifestação de novas desigualdades se faz acompanhar de processos que rearticulam lógicas e deslocamentos que redefinem as relações entre centro, semiperiferia e periferia. Assistimos a uma pulverização e crise do centro acompanhada por uma explosão e uma rearticulação das periferias, o que se dá em meio a grandes ajustes espaciais em todas as escalas e intensidades nas megacidades, de Mumbai até a Cidade do México. Os ajustes e reestruturações sociais e espaciais se dão no meio de uma luta pelo controle e centralização dos poderes, pela via de uma nova cibernética de comando de redes de decisão através de máquinas de guerra, de comunicação, de espetáculo e de informação como vemos no Rio de Janeiro desde 1992 na era Collor, com o modelo do planejamento estratégico de Barcelona e com a reunião de Cúpula das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento.

As relações de produção se expandem com base em novas forças produtivas biomoleculares, genéticas, nucleares e imagéticas que são mediadas pelas ondas das tecnologias de informação e comunicação. A mudança tecnológica modifica os marcos regulatórios, o regime jurídico e as formas de propriedade ao ritmo dos novos códigos transnacionais de propriedade sobre os serviços e a inteligências, sem deixar de articular a espoliação territorial (código florestal, megaeventos, grandes infraestruturas, especulação imobiliária, mineração, agricultura, energia etc.) ao ritmo da acumulação ilimitada do capital na via da financeirização. Os regimes de segurança, policiais, penais e carcerários se articulam como espetáculos nas cidades. Os regimes de guerra, ocupação, aniquilamento, contenção, encarceramento, penalização, criminalização e exploração, se exercem como a tentativa de controle das populações nos distintos territórios.

A mudança socioespacial global é acelerada pelas escalas e pela simultaneidade de sobreposições de culturas que se hibridizam ou se antagonizam no espaço urbano. As estruturas se movem através de instituições, aparatos e dispositivos, que se legitimam por formas jurídicas impulsionadas pelo consumo e pelo medo ao sabor dos regimes policiais e de segurança neoliberal. Os sujeitos e grupos sociais populares se articulam em movimentos moleculares com seus ritmos e resistências, formas e estilos que ora se submetem ao poder do capital, ora sugerem tendências diversas com lógicas caóticas de rebelião e protesto, como na Europa Mediterrânea, no Mundo Árabe e na América do Sul. As bifurcações se produzem ao sabor das mobilidades e das rupturas subjetivas, em contextos de recriação e emergência de práticas. Os deslocamentos sociais e os conflitos possuem força potencial para projetar as novas espacialidades ou afetar subsistemas e políticas como no Brasil a partir das jornadas de junho de 2013. As subjetividades

coletivas se manifestam como base para práticas de contra-hegemonia sugeridas pelo potencial de organização de práticas e trajetórias territoriais de autonomia como as chamadas “ocupações”, constituídas pela convergência de processos em rede com os movimentos e processos embrionários derivados da potencialidade do que chamamos a nova centralidade das periferias.

O potencial de disputa dos processos de reterritorialização pode ser percebido desde os contextos e conflitos que acompanham as múltiplas reconfigurações de práticas espaciais nas megacidades. O trabalho de análise da nova conjuntura urbana e a interpretação dos processos sociais de mudança espacial na megacidade pode ser construído através de trabalhos de registro, por meio de mapeamento de processos, narrativas e lutas e pela construção de sistemas cartográficos. O registro e processamento dos traçados das ações se dão como trabalho de cartografia que valoriza as narrativas e o registro das trajetórias sociais, espaciais e comunicativas das classes subalternas. Os mapas buscam representar a relação entre a subjetividade, os usos do território e a apropriação das técnicas. Nas periferias das megacidades se trava a batalha fundamental de definição dos modos de integração das populações, nos seus distintos contextos éticos, estéticos e técnicos que atravessam a vida cotidiana vista como explosão e proliferação de disputas semióticas e espaciais.

No mundo urbano existe um quadro de conflitos por direitos de cidadania contra códigos proprietários. Nas grandes cidades temos a ação recíproca de trajetórias constituídas pela produção de subjetividades por meio das ações espaciais, tendo em conta suas relações sociais contrastantes quanto ao poder de acesso aos direitos e políticas. Os atores e as práticas espaciais envolvem contextos de interação, antagonismo e reciprocidade, fazemos sua leitura utilizando os pares normalidade/legalidade X precariedade/formalidade como categorias de classificação de diferenças sociais e jurídicas. A distância entre lugar e poder decisão na cidade global, na megacidade e na rede de cidades, a posição de classe e situação nas relações de força projetada no conflito espacial recoloca a necessidade de debater as funções do Estado nacional. A crise de representação afeta de maneira restritiva as condições para o estabelecimento de pactos entre governantes e governados através de modos de governar as cidades, o que remete novamente aos problemas e questões espaciais que afetam o conjunto dos sistemas e das práticas econômicas, políticas e culturais e os modos de governar. A justiça espacial aparece como uma componente decisiva para democratizar a democracia.

### A Nova Centralidade da Periferia

A força criativa e adaptativa das periferias possuiu uma potência para engendrar novas significações imaginárias propiciadoras de novos possíveis. Os novos padrões associativos e de mobilização democrática e produtiva dos territórios periféricos contrastam com a nova grande transformação promovida pelo Estado e pelas empresas. O que explica as resistências locais, as esferas públicas e os processos de fuga em resposta ao novo regime

de cercamentos e segregações promovidas pelo capital globalizado. Os movimentos contraditórios dessas novas espacialidades e agenciamentos de enunciação se projetam em meio a uma proliferação de objetos e redes engendrados pela reprodução ampliada do capital. As tendências e condicionamentos globais são impostos aos territórios tentando delimitar os modos de produção social do espaço urbano para o capital. O efeito difuso de fragmentação se expande apoiado na agenda neoliberal, tendo seus indicadores mais evidentes materializados na brutal espoliação das populações das megacidades do Hemisfério Sul.

A questão da mobilidade no sistema internacional desloca o foco do analista das questões da mundialização para o tema das megacidades. As megacidades do Sul devem ser pensadas, no quadro mais amplo do sistema mundo em crise e transição, desde esse lugar diferenciado na semiperiferia, a partir da sua posição como aglomeração de poderes intermediários nas chamadas potências emergentes. As megacidades da América do Sul, em especial do Brasil, são parte da espacialidade global no planeta urbano, com destaque nas redes de cidades e no planeta urbano e no fenômeno da periferia global nos países ditos em desenvolvimento. Os países são atingidos por processos brutalmente desiguais que são mais intensos em cidades que experimentam agendas globalistas como o Rio de Janeiro. O cotidiano e os lugares são marcados pela dinâmica de retorno ao urbano promovida pela desterritorialização dos modos de vida, conduzida através dos vetores verticais do comando e do controle, o que vem afetando a estrutura dos lugares pressionando a disputa e a drenagem pela riqueza gerada pelos usos dos territórios.

### A Conjuntura e Políticas Urbanas

A agenda da potência transformadora da periferia se manifesta como um sintoma, um fator de geração de excedente, como uma expressão de sua potência como espaço produtivo, como bacia de trabalho vivo e sua pressão por acesso. O que se materializa em contradições entre as táticas de controle, de captura e de segregação socioespacial dos territórios e circuitos informais e populares. As políticas urbanas no atual ciclo político-econômico são orientadas para a produção de mais-valia social, se desenvolvem em oposição às formas de autonomia e cooperação horizontal por parte dos habitantes dos lugares ditos periféricos. Cabe destacar o papel das zonas populares com sua enorme diversidade de interações com os lugares centrais e as dinâmicas de interação em curso no ajuste e na reestruturação espacial.

As novas contradições urbanas são condicionadas desde o interior desse processo de mobilização intensiva para novas ações de valorização capitalista, em tensão e disputa com as chamadas oportunidades nascidas nas franjas, nas margens, nas fronteiras da contenção. O quadro é de desmedida especulativa, a espetacularização e a captura do potencial produtivo do espaço de uso comum da cidade. A montagem de novos esquemas de desenvolvimento desigual, de novas centralidades e de novas periferias, se dá com

forte ênfase na privatização do público. Na era da globalização e das redes as cidades desenvolvem o espetáculo do global, com suas marcas, com seus estilos, com seus ritmos que são parte determinante da cena contemporânea.

Aos cientistas sociais e planejadores urbanos cabe sistematizar a visão sobre a conjuntura ou identificar a especificidade desse processo numa metrópole, o que permite articular uma teoria da mudança e ajuste espacial global pela via dos seus efeitos de retorno e resistência a partir das potencialidades da periferia. Por isso, consideramos urgente estabelecer o diálogo e o intercâmbio entre diferentes grupos de pesquisa interdisciplinar que trabalham sobre diferentes modalidades de leitura da conjuntura e de cartografia da ação, que se dedicam às diferentes formas de observar e classificar a importância da nova centralidade da periferia para que, através da cooperação institucional e da rede de conhecimentos, se possa integrar as distintas ferramentas e categorias que sustentam a análise crítica da política neoliberal de ajuste espacial, que atrai os interesses e as ações que organizam a apropriação do trabalho vivo e do espaço periférico, assim como se possa identificar as experiências, as práticas de resistência e as táticas usadas pelas classes subalternas. Nossa hipótese é buscar na produção social da periferia as práticas sociais capazes de colocar em questão o discurso e a prática espacial da “destruição criativa” promovida pelo capital na produção e anexação de novas fronteiras como espaços funcionais para projetar e alongar o ciclo da acumulação de capital. Tudo isso como condição para abrir novas perspectivas para o projeto de direito à cidade, com base nos sujeitos coletivos que emergem das potencialidades e conflitos que se constituem, paradoxalmente, na mobilidade contraditória da espacialização desigual da pós-modernidade capitalista global.

### Conclusão

A nova centralidade da periferia é horizonte que emerge da potencialidade de ligar os circuitos e os modos de vida popular com a materialidade das novas forças produtivas. Pela via do manejo das redes, da cooperação produtiva, técnica e cultural pode emergir as condições de potencializar as bandeiras da democracia como expressão de novas autonomias, como projeção de novos direitos de acesso desde os lugares até o conjunto dos territórios. Essa reconstrução estratégica da democracia começou em parte com a experiência dos orçamentos participativos no Brasil, seu resgate crítico é parte da reconstrução do caminho de transformação dos contextos de desigualdade como condição da emergência da cidadania ampliada, nos recortes territoriais e nas redes sociais.

Recebido em 05/12/2013  
Aprovado em 09/12/2013

## Notas

<sup>1</sup>. Ao longo do texto utilizamos a noção de espacialidade definida nos trabalhos de Edward Soja, que afirma a necessidade de aprofundarmos o trabalho na direção de novas geografias, por meio de novas cartografias históricas, geográficas com apoio na antropologia e na arqueologia. O trabalho de Soja na percepção dos fenômenos urbanos acompanha, em paralelo, os esforços de David Harvey para ampliar a aplicação do materialismo histórico e geográfico na continuidade das pegadas de Henri Lefebvre na direção de uma justiça espacial como expressão de demandas pelo direito à cidade. Na direção do estudo das transformações dos grandes conjuntos, da grande escala temos de somar a sociologia da globalização e o trabalho de Saskia Sassen sobre a cidade global e a megacidade. Esse conjunto de novas referências teóricas se relaciona com as análises e estudos que articulam o dentro e o fora e as dobras em filosofia, como fazem Deleuze e Guattari, e no campo das relações internacionais, como fazem em linhas distintas Robert B. J. Walker e Stephen Gill, para trabalhar os fenômenos instituintes, a constituição de regimes de segurança e as diferentes fronteiras onde se dão as lutas e conflitos materiais e simbólicos de transformação, conservação e resistência dentro e para além dos diferentes intentos de ordenamento no espaço caótico da disputa pela acumulação ilimitada. Mas é através das teorias sociológicas apoiadas pela nova geografia crítica, como a sociologia do presente proposta por Ana Clara Torres Ribeiro, que se esboça um novo olhar sobre a mundialização do fenômeno urbano que inclui o território usado das periferias, onde os sistemas de ação e dos sistemas de objetos constituem as condições em que se articulam as ações sociais através da sua materialidade, corporeidade e representação no espaço.

## Referências Bibliográficas

- BIFO, Franco Berardi. Félix. Narración del encuentro con el pensamiento de Guattari: cartografía visionaria del tiempo que viene. Buenos Aires: Cactus, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Difel, 1989.
- BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetaria. *Nueva Sociedad* n° 243, enero-febrero de 2013. Disponível em: <www.nuso.org>.
- COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (orgs.). Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DÉBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. (The enigma of capital: and the crises of capitalism, tradução de João Alexandre Peschanski). São Paulo: Boitempo, 2011.
- HESS, Remi; DEULCEUX, Sandrine. Henri Lefebvre. Vie. Oeuvre. Concepts. Paris: Ellipses, 2009.
- JAUREGUI, Jorge. Estrategias de articulación urbana. Buenos Aires: Nobuko, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. (4ª ed.). Paris: Anthropos, 2000.
- MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTELART, Armand. La globalisation de la surveillance. Aux origines de l'ordre

- sécuritaire. Paris: La Découverte/Poche, 2008.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Commonwealth. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009.
- PERULLI, Paolo. Visões da cidade: as formas do mundo espacial. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens da nossa época. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Anpur/Letra Capital, 2012.
- SANDRO, Mezzadra. Direito de fuga. Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. (5ª ed.). São Paulo: Edusp, 2008.
- SASSEN, Saskia. Critique de l'État. Territoire, autorité et droits de l'époque medieval à nos jours. Paris: Le Monde Diplomatique-Demopolis, 2009.
- \_\_\_\_\_. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SCHOLTE, Jan Aart. Globalization. A critical introduction. (2ª ed.). Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.
- SOJA, Edward. Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- \_\_\_\_\_. Postmetropolis: Critical studies of cities and regions. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y de la emancipación. Bogotá: UNC Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales e ILSA, 1998.
- WALKER, Robert B. J. *Inside/outside: Relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Apicuri, 2013.